

Tancredo: Constituinte não

O presidente do PP, senador Tancredo Neves, disse ontem, no Rio, que "só a Constituinte restabelecerá a ordem jurídica nacional e ensejará um novo pacto social, desde que não se faça de sua defesa uma pregação subversiva e um instrumento de luta de classes".

— A Constituinte no Brasil há de ser um instrumento de legalidade democrática e de sua consolidação, mesmo porque, do contrário, não teremos Constituinte e correremos o risco de perder as poucas ilhas de democracia que ainda nos restam — acrescentou Tancredo.

Segundo ele, "a situação institucional do País se tornou verdadeiramente caótica, pois a Nação deixou de ser o centro de gravidade jurídico".

— Não temos uma Constituição, porque não se pode chamar de Constituição esse conglomerado heterogêneo e conflitante de normas de antigas Cartas, novas emendas constitucionais, atos institucionais e leis complementares. A Nação não tem um regime político; o que está aí com esse nome não passa de um sistema de poder. Não temos aquilo que caracteriza uma civilização e um regime político, que é o governo das leis. Estamos sob o mais primiti-

vo dos arcabouços de poder, que é o governo dos homens. Meia dúzia de cidadãos governam 120 milhões de brasileiros. Urge restabelecer a ordem jurídica, tão esfacelada — afirmou o presidente do PP.

RESPOSTA A SARNEY

Sobre a declaração do presidente do PDS, senador José Sarney, de que o Governo poderá promover uma ampla reforma constitucional até 1982, o senador Tancredo Neves disse:

— O Partido Popular está aberto ao exame de toda e qualquer iniciativa sincera e leal que vise a recompor, em termos de legalidade, a ordem democrática. Preferimos uma Constituinte direta, emanada do voto do povo, com a participação de todas as tendências do pensamento político nacional.

— Se isto se tornar inviável — prosseguiu —, devemos seguir a orientação de ilustres juristas e sociólogos, que preferem a Constituinte indireta, tendo como instrumento o atual Congresso, utilizando-se de seus poderes constituintes implícitos para fazer a reforma e a revisão das normas básicas da legislação vigente.

'Oposições já têm uma ação uniforme'

O senador Tancredo Neves condenou a elaboração de um programa comum das oposições, por entender que "não é fundamental para que os partidos, dentro de suas respectivas áreas, prossigam em suas lutas".

— As oposições no Brasil — disse Tancredo — têm pontos comuns de ação programática e as mesmas reivindicações nos planos institucional, econômico e social. Até agora, os partidos oposicionistas têm mantido uma ação uniforme nos seus pronunciamentos e, particularmente, no Parlamento. No essencial, estão agindo como se já existisse um programa comum.

O senador disse que, até o momento, não recebeu qualquer proposta de programa comum. Se algum documento chegar às suas mãos, não se recusará a examiná-lo, mas comunicará a seus autores a sua posição contrária a este tipo de iniciativa.

REUNIFICAÇÃO

Tancredo Neves reafirmou que a reunificação das oposições num só partido "é uma hipótese remota, de vez que nenhum partido oposicionista se convenceu de suas vantagens". E completou:

— A união das oposições, mantendo cada partido a sua identidade, as suas características e a sua índole doutrinária, tem sido um instrumento eficiente na luta em favor do povo brasileiro.

Presidente do PP vai a Chagas e Brizola

O presidente do PP, senador Tancredo Neves, teve ontem, no Rio, dois encontros políticos: pela manhã, conver-rou uma hora com o governador Chagas Freitas; à noite, visitou o presidente do PDT, Leonel Brizola. Das duas reuniões, Tancredo disse ter retirado conclusões semelhantes:

— Chagas Freitas e Brizola são pessoas com quem tenho um relacionamento pessoal dos melhores. Fizemos uma ampla avaliação da situação do País e discutimos os rumos da Oposição. De ambos recolhi idéias próximas, guardando-se, evidentemente, as identidades políticas de cada um: devemos nos esforçar ao máximo para que as oposições defendam com o maior vigor as reivindicações do povo, do qual são legítimas intérpretes.

COM CHAGAS

Tancredo Neves concedia uma entrevista quando o governador Chagas Freitas chegou ao seu apartamento na Avenida Atlântica, em Copacabana. O senador pediu licença aos jornalistas e foi até a sala (até então, ele estava na varanda) conversar com o governador. Eram 11h30m quando Tancredo voltou à entrevista.

— Minhas conversas com o Chagas são rotineiras. Somos do mesmo partido e sempre temos muito a dialogar. Fizemos um levantamento da conjuntura política e trocamos informações. Política, vocês sabem, se faz com conversa.

— O Senhor está tentando promover um entendimento entre Leonel Brizola e Chagas Freitas, como fez há alguns anos com o próprio governador e o senador Amaral Peixoto? — perguntou um repórter.

— Absolutamente não. Nenhum dos dois me incumbiu de qualquer missão. Apenas, por coincidência, falei com Chagas e mais tarde estarei com Brizola.

O governador Chagas Freitas retirou-se sem fazer nenhuma declaração.

COM BRIZOLA

As 18 horas, Tancredo Neves encontrou-se com Brizola, no aparta-



Leonel Brizola levou Tancredo Neves até a saída do edifício

mento deste, no Leblon. A imprensa não teve acesso ao encontro e só uma hora depois os presidentes do PP e do PDT subiram, de escadas, um andar para conceder uma rápida entrevista, no apartamento-escritório de Brizola.

No corredor, Tancredo deu um demorado abraço no jornalista José Maria Rabelo, secretário-geral do PDT mineiro, cumprimentou um a um os jornalistas e sentou-se num sofá branco ao lado de Brizola. Houve indecisão sobre quem deveria começar falando. Afinal, Tancredo sorriu e disse:

— Bem, parece que a visita é que deve começar falando.

O senador afirmou que seus encontros com Brizola são rotineiros, já que os unem "laços afetivos de longa data, além de um entendimento muito bom no plano político, mesmo que separados em agremiações diferentes".

Tancredo praticamente repetiu as declarações que fizera na entrevista da manhã. Condenou a fusão das oposições num só partido ("nada justifica essa hipótese remota, a não ser que o Governo tome medidas que inviabilizem a existência de vários partidos de Oposição"), exaltou a união oposicionista ("devemos desenvolver os nossos laços de fraternidade e ação comum, sem necessidade de elaborar um programa comum") e pregou a convocação de uma Constituinte.

— Constituinte com Figueiredo? — indagou um repórter.

— Que fique bem entendido: no regime presidencialista, é o chefe do Governo que de fato conduz o País, que exerce a sua liderança. Se não for com o Figueiredo, será com seu sucessor, e assim por diante. Repare que na História do Brasil há vários casos de convocação de Constituinte sob um governo constituído, que era responsável pelos destinos nacionais. Em 1823, foi com D. Pedro I; em 1891, com Deodoro; em 1934, com Getúlio Vargas; e em 1946, com Eurico Dutra.

Brizola interveio e disse que confia em que "a Constituinte seja instalada antes de 1982". Fez um apelo ao Governo "para que seja sensível aos reclamos da Nação". O ex-governador elogiou Tancredo, a quem chamou de "um dos homens mais lúcidos deste País". Em seguida, rejeitou a tese da reunificação das oposições, afirmando que "a unidade oposicionista tem que ser buscada através de um programa consequente, que ajude a apresentar alternativas viáveis para a crise".

— Espero que em breve nós, da Oposição, possamos sentar à mesa de discussões para definir prioridades e estudar soluções para o Brasil. É preciso que se diga que a Constituinte não é uma panacéia, não tem o condão de resolver todos os problemas, mas representa um método moderno que os povos encontraram para projetar soluções no tempo.

Brizola foi levar Tancredo até a portaria do prédio, na Rua João Lira. O senador mais uma vez sorriu e disse aos jornalistas:

— Não se preocupem: nós só conversamos sobre o País. Nada mais.

Pimenta não crê em limitação de prerrogativas

BELO HORIZONTE (O GLOBO) — O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), presidente da Comissão Mista que examina a emenda Flávio Marcílio, afirmou ontem que não vê possibilidade de entendimento visando à limitação das prerrogativas. Ele acredita que a proposta será aprovada como foi apresentada, embora, na comissão, se disponha a "acolher aperfeiçoamento."

— Não há no mundo um Parlamento que não tenha todas as prerrogativas que estamos pleiteando e muitas outras. Na verdade, a emenda foi muito parcimoniosa. Não procurei estabelecer nenhum confronto; pelo contrário, procurei evitar qualquer confronto — afirmou.

ARGUMENTOS

Segundo o parlamentar mineiro, "não há argumento convincente sobre a necessidade de manutenção do decurso de prazo, uma vez que este instrumento será substituído por um mecanismo extremamente inteligente que obriga à colocação

na ordem do dia de todas as propostas de autoria do Executivo".

Quanto à inviolabilidade — acrescentou — é essencial, e insurgir-se contra o instituto é insurgir-se contra a democracia.

— Do contrário — disse Pimenta da Veiga — os deputados não terão coragem de abordar certos temas, pois podem subir à tribuna como deputados e descer como criminosos.

O presidente da Comissão Mista disse aceitar que alguns discutam a imunidade parlamentar para os crimes comuns, mas não a inviolabilidade que, segundo ele, assim como outras prerrogativas existe nos demais poderes: Executivo e Judiciário.

Pimenta da Veiga deixou Belo Horizonte ontem à tarde, viajando para Porto Alegre, onde inicia hoje, na Assembleia Legislativa, uma série de debates, visando a "esclarecer o que se pretende com a volta das prerrogativas". Essa campanha, que depois irá a São Paulo, Rio e Natal, terminará em Belo Horizonte, ainda no recesso parlamentar.

Antônio Carlos pede coerência à oposição

SALVADOR (O GLOBO) — O governador Antônio Carlos Magalhães disse ontem que "para ser coerente com seu pedido de convocação de uma Assembleia Constituinte, a oposição deve retirar do Congresso todas as suas emendas constitucionais".

Ao comentar as declarações do deputado Djalma Maranhão (PDS-RN), de que o Governo deveria promover uma profunda reforma constitucional no segundo semestre, disse Antônio Carlos Magalhães:

— Eu só sei das reformas na Bahia. No âmbito nacional quem sabe é o presidente João Figueiredo.

deve servir à subversão

O GLOBO Quarta-feira, 9/7/80

O PAIS • 3

ANC 88
Pasta 80/81
038/1980